

DOI: 10.33947/1980-6469-v15n1-4015

PRECONCEITO E BULLYING NO AMBIENTE ESCOLAR**PREJUDICE AND BULLYING IN THE SCHOOL ENVIRONMENT**José Roberto da Silva Brêtas¹, Silvia Piedade de Moraes²**RESUMO**

Estudo descritivo com 864 adolescentes em três escolas do ensino médio da região Sul do município de São Paulo. Teve por objetivos identificar adolescentes que sofreram algum tipo de preconceito e *bullying* no ambiente escolar e os sentimentos envolvidos nessa situação. Para coleta de dados foi utilizado um instrumento semiestruturado. Os resultados demonstraram que 39% dos participantes sofreram algum tipo de preconceito e 52% referiu ter sofrido *bullying* no ambiente escolar. Os sentimentos desvelados pelas vivências do preconceito e do *bullying* na escola foram: tristeza (456/24%), ofendido (346/18%), raiva (276/ 16%), vontade de agredir o outro (269/ 15%), fuga e abandono da escola (141/ 7%), insegurança (126/ 6%), solidão (98/ 5%), vingança (79/ 4%), indignação (51/ 3%) e adoecimento (48/ 2%). Tais acontecimentos promovem a vulnerabilização do adolescente, podendo ter consequências sociais e de comprometimento à saúde.

PALAVRAS-CHAVE: Adolescente. *Bullying*. Escola. Violência.

ABSTRACT

Descriptive study with 864 adolescents in three high schools in the southern region of the city of São Paulo. It aimed to identify adolescents who suffered some type of prejudice and bullying in the school environment and the feelings involved in this situation. For data collection a semi-structured instrument was used. The results showed that 39% of the participants suffered some type of prejudice and 52% reported having suffered bullying in the school environment. The feelings unveiled by the experiences of prejudice and bullying at school were: sadness (456/24%), offended (346/18%), anger (276/16%), aggression to the other (269/15%) school dropout and dropout (141/7%), insecurity (126/6%), loneliness (98/5%), revenge (79/4%), indignation (51/3%) and illness (48/2%). Such events promote the vulnerability of the adolescent, and may have social and health consequences.

KEYWORDS: Teenager. *Bullying*. School. Violence.

1 Professor Orientador do PPG Educação e Saúde na Infância e na Adolescência, Universidade Federal de São Paulo - Unifesp. Pesquisador líder do Grupo de Estudo sobre Corporalidade e Promoção da Saúde – Gecopros/ Unifesp. E-mail: bretas.roberto@unifesp.br

2 Professora da Universidade Guarulhos - UNG. Pesquisadora do Grupo de Estudo sobre Corporalidade e Promoção da Saúde - Gecopros/Unifesp. E-mail: silviapmoraes@hotmail.com

INTRODUÇÃO

A escola é um espaço marcante na vida de adolescentes e jovens independente das concepções político-educacionais. Em seu espaço ocorrem vários tipos de experiências, aprendizagens e relacionamentos entre pessoas, o que a torna um local de intensas relações interpessoais em um contexto socioeconômico-cultural. Assim, no ambiente escolar, o adolescente escolhe as próprias amizades e desenvolve os próprios interesses. Este ambiente possibilita sua identificação com as características de um grupo e o planejamento dos seus primeiros projetos para o futuro. É nesse contexto que o indivíduo adquire consciência da sociedade da qual participa, percebendo os condicionamentos sociais a que está sujeito e as diferenças sociais existentes.

A escola reproduz comportamentos e valores da sociedade, como o hábito dos indivíduos em classificar e criar uma estrutura de cognições bem organizadas a respeito de alguma entidade social, assim como uma pessoa, um grupo, um papel ou uma situação. Estes esquemas, geralmente, incluem informações relativas aos atributos de uma instituição e suas relações com outras. Os esquemas de um grupo dizem respeito aos integrantes de um grupo social específico ou a uma categoria social própria, porém, outro nome que se dá a esse esquema de grupo é estereótipo (MICHENER et al., 2005), que indica os atributos e comportamentos considerados, como típicos dos integrantes de um determinado grupo ou categoria social, como por exemplo, grupos raciais/étnicos, religiosos, LGBTQI (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Travestis, Transgêneros, *Queer* e Intersexuais) e outros.

Assim, muitas vezes, os estereótipos de grupos são associados às emoções intensas, de gostar ou não gostar de integrantes de um grupo específico, o que pode ser denominado preconceito, que é uma atitude negativa e desfavorável de um grupo para com seus componentes individuais (FGV, 1986). Desta forma, preconceito e estereótipo caminham juntos; as pessoas utilizam suas crenças estereotipadas para justificar o preconceito em relação a integrantes de um grupo. O preconceito é originado em repúdio de algo, opiniões pré-formadas a determinado assunto sem antes entendê-lo, como objeto individual dentro de uma sociedade,

ou seja, preconceito é uma atitude negativa e a discriminação, um comportamento negativo. No entanto, a discriminação possui um conceito mais amplo e dinâmico que o preconceito. Ambos têm agentes diversos, pois, a discriminação pode ser provocada pelos indivíduos e instituições e o preconceito, só pelo indivíduo.

Segundo o Dicionário de Ciências Sociais da Fundação Getúlio Vargas, a discriminação possibilita que o enfoque seja do agente discriminador para o objeto da discriminação. E o preconceito é avaliado sob o ponto de vista do portador, a discriminação pode ser analisada sob a ótica do receptor. Portanto, pode-se dizer que o preconceito e a discriminação, embora sejam corriqueiramente confundidos, a discriminação e o preconceito são etiológicamente distintos, posto que um seja decorrente da prática do outro (FGV, 1986).

Quando se discute violência, como fator de ameaça à vida, não se pode omitir ou dispensar a discussão de conceitos que podem gerá-la. Esse, sem dúvida, é o caso dos conceitos de estigma, exclusão, ironia, indiferença, preconceito e discriminação. A construção, aceitação e divulgação do preconceito e do estigma já são, em si, processos violentos, que geram violência. Logo, a intolerância ao diferente (cultura, vestimentas, características físicas, comportamento sexual e outros) é uma das faces do processo que origina a violência (CAMACHO, 2001).

Goffman (1988) descreve o *estigma* como sendo uma marca, um rótulo que se atribui às pessoas com certos atributos que se incluem em determinadas classes ou categorias diversas, porém, comuns na perspectiva de desqualificação social. Os rótulos dos estigmas decorrem de preconceitos, ou seja, de ideias preconcebidas, cristalizadas, consolidadas no pensamento, crenças e expectativas sociais.

Oliveira (2017) refere que o preconceito está inserido em qualquer tipo de interação humana, inclusive no contexto escolar e se manifesta quando entramos em contato com algo que é julgado diferente, não familiar. Porém, ele se torna um problema quando indivíduos e grupos são tratados de forma pejorativa por pertencerem à determinada classe social, racial, gênero, ou crença religiosa.

Categorizando os tipos de preconceitos tem-se: o preconceito de gênero, religioso, social, racial / étnico, sexual e o físico, ou seja, dependem do ambiente

cultural, social e temporal em que as pessoas se inserem (MYERS, 2014).

Preconceito de gênero pode ser definido, tanto como uma violência contra a mulher ou homem como todo e qualquer ato embasado em uma situação de gênero, na vida pública ou privada, que tenha como resultado dano de natureza física, sexual ou psicológica, incluindo ameaças, coerção ou a privação arbitrária da liberdade. Desta maneira, as normas do papel sexual passam pelas pessoas, caracterizando-se por padrões das maneiras como as mulheres e os homens devem se comportar (MYERS, 2014). Desta maneira, um ato de estereótipo (generalização) sobre os comportamentos dos indivíduos, pode ser considerado como um ato preconceituoso. No ambiente atual, é observada claramente a violência contra a mulher, sendo esta uma forma de violência que persiste no tempo e estende-se praticamente a todas as classes sociais (OKABE; FONSECA, 2009). Desta maneira, uma visão estereotipada (generalizada) sobre os comportamentos dos indivíduos pode ser considerada como um ato preconceituoso.

O preconceito religioso é caracterizado pela intolerância, ódio, estereótipo ou desrespeito perante as diferenças de credo, crença, segmento ou tradições religiosas de outra pessoa.

O tipo social consiste no estereótipo à diferença de status, na superioridade social e econômica. É uma atitude ou ideia formada antecipadamente e sem qualquer fundamento razoável; o preconceito é um juízo desfavorável em relação a vários objetos sociais, que podem ser pessoas e culturas. O preconceito social também existe, quando se julgam as pessoas por atitudes e, logo, enfatiza-se que a mesma só teve a atitude por ser de certa classe social (MYERS, 2014).

Quanto à cor da pele (GUIMARÃES, 2004), tradicionalmente, o conceito de raça era definido em termos de diferenças supostamente genéticas entre grupos. No entanto, nas últimas décadas, os enormes avanços ocorridos na biologia molecular permitiram estimar que, apenas 7,0% do total da variação genética humana, se encontram entre as raças. Além disso, um número muito reduzido de diferenças genéticas relacionadas às condições de saúde foi identificado até agora entre os grupos étnico-raciais (PEARCE et al., 2004). Entretanto, embora não seja útil como categoria

biológica, raça é um importante constructo social que determina identidades, acessos a recursos e a valorização da sociedade. Assim, interagindo com outros marcadores de posição social (exemplo: gênero, educação, renda), a raça contribui para a maior ou menor exposição a diferentes riscos à saúde. Já a etnia é um termo empregado na literatura antropológica para designar um grupo social que se diferencia de outros grupos, por sua especificidade cultural. O conceito de etnia está ligado aos conceitos de grupos étnicos e de cultura; em muitos casos, etnia também é usada como sinônimo de grupo étnico (FGV, 1986). Sendo assim, para esta pesquisa o preconceito de raça foi analisado com base na cor de pele da população analisada.

O tipo sexual classificaria a não aceitação da orientação sexual (heterossexual, homossexual, bissexual e pansexual) dos indivíduos, representada sob a forma de violência física, social e psicológica (MYERS, 2014).

O físico está relacionado à estigmatização de um indivíduo portador de algum problema físico, ao uso de algum objeto para auxílio visual, locomotor, entre outros (óculos, muletas, próteses, aparelho auditivo, etc.). Também são estigmatizados indivíduos que se utilizam de objetos e arte corporal como: *piercings*, tatuagens, brincos, escarificações entre outros, na construção de sua identidade corporal (MYERS, 2014).

Preconceito e *bullying* têm uma forte relação, pois normalmente, o *bullying* acontece em decorrência de algum tipo de preconceito exercido de forma individual ou por um grupo de indivíduos. Assim, para Fante (2005), *bullying* é um desejo inconsciente e deliberado de maltratar outra pessoa e coloca-la sob tensão. O que resulta um conjunto de comportamentos agressivos e cruéis, que se tornam intrínsecos às relações interpessoais em que indivíduos mais fortes se divertem à custa de indivíduos mais fracos por meio de brincadeiras que ocultariam o propósito de maltratar e intimidar. Neste sentido,

[...] por definição universal, *bullying* é um conjunto de atitudes agressivas, intencionais e repetitivas que ocorrem sem motivação evidente, adotado por um ou mais alunos contra outro(s), causando dor, angústia e sofrimento. Insultos, intimidações, apelidos cruéis, gozações que

magoam profundamente, acusações injustas, atuação de grupos que hostilizam, ridicularizam e infernizam a vida de outros alunos levando-os à exclusão, além de danos físicos, morais e materiais, são algumas das manifestações do comportamento *bullying*. (FANTE, 2005, p.28-29).

Segundo a Sociedade Brasileira de Pediatria (2017), convencionou-se não considerar *bullying* os atos isolados, executados eventualmente, mas somente quando tais atos se tornam repetitivos, contando a partir da terceira vez. Entretanto, o *cyberbullying*, que tem o potencial de ser replicado muitas vezes em curto período de tempo, é considerado *bullying*, mesmo quando praticado uma única vez.

Um importante componente do *bullying* é a presença do público ou espectador, personagem relevante que possui papel passivo ou ativo. Assim, na maioria das vezes temos de dois a três componentes: o(s) agressor(es) ou autor(es), a(s) vítima(s) ou alvo(s) e o(s) espectador(es) (SBP, 2017).

No contexto da escola, o *bullying* compreende formas de agressão intencional por estudantes que causam angústia ou humilhação a outros. Apresenta todas as formas de atitudes agressivas, intencionais e repetidas, que ocorrem sem motivações evidentes, adotadas por um ou mais estudantes contra outro(s), causando dor e angústia, executadas em contexto de relação desigual de poder. Geralmente, adolescentes vítimas do *bullying* são pessoas com dificuldades para reagir diante das situações agressivas, retraindo-se, o que pode contribuir para a evasão escolar, já que, muitas vezes, não conseguem suportar a pressão a que são submetidos e abandonam o ambiente escolar (LOPES NETO; SAAVEDRA, 2003).

Deve haver uma preocupação em relação ao *bullying*, são as consequências comportamentais, emocionais e sociais, a curto e longo prazo, para aqueles que se encontram envolvidos nesse tipo de agressão. Pode ser exemplificado na forma de ansiedade e depressão, baixa autoestima, queixas físicas e psicossomáticas, suicídios e efeitos na vida adulta, no caso das vítimas (SMITH, 2002), e dificuldades acadêmicas, sociais, emocionais e legais, instabilidade no trabalho e relacionamentos afetivos pouco duradouros, no caso dos agressores (LOPES NETO, 2005).

A literatura e a mídia mostram frequentemente que as vítimas de *bullying* podem se envolver em episódios de violência, caracterizados por entrarem armados nas escolas e atirarem contra colegas, causando grande impacto social.

No Brasil, pesquisas como PENSE e PISA tem investigado as prevalências de *bullying*, as quais apresentam uma grande variabilidade dependendo de variáveis como sexo, escolas particulares e públicas e outras. Na Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar (PENSE) 2015 os estudantes questionados sobre a frequência com que os colegas da escola esculacharam, zoaram, mangaram, intimidaram ou caçoaram tanto que o aluno ficou magoado, incomodado, aborrecido, ofendido ou humilhado nos 30 dias anteriores à pesquisa, 7,4% dos escolares brasileiros afirmaram que na maior parte do tempo ou sempre se sentiram humilhados por provocações. Os percentuais foram próximos para os estudantes do sexo masculino (7,6%) e feminino (7,2%). Entre os alunos das escolas públicas, o percentual foi de 7,6% e entre os das escolas privadas, 6,5%. Dos escolares entrevistados, 53,4% responderam nenhuma vez, e 39,2%, raramente ou às vezes se sentiram humilhados por provocações feitas pelos colegas de escola nos 30 dias anteriores à pesquisa. A Região Sudeste apresentou o maior percentual (8,3%) de escolares que declararam sofrer constrangimento ou humilhação na maior parte do tempo ou sempre. O Estado de São Paulo (9,0%) foi o estado com maior percentual (BRASIL, 2016).

Quando perguntados se o escolar já havia esculachado, zombado, mangado, intimidado ou caçoado algum de seus colegas de escola nos 30 dias anteriores à pesquisa, 19,8% responderam que sim. Dentre os meninos, esse percentual foi de 24,2% e entre as meninas, 15,6%. Percentual maior entre os alunos de escolas privadas (21,2%) do que entre as escolas públicas (19,5%). A Região Sudeste apresentou o maior percentual (22,2%), assim como o Estado de São Paulo (24,2%)

Dentre os que se sentiram humilhados pelas provocações dos colegas, responderam como principais motivos, a aparência do corpo (15,6%) e aparência do rosto (10,9%).

Segundo o relatório do Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (PISA) 2015, realizado

pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), dos 540 mil adolescentes de 15 anos que participaram da avaliação no Brasil, 17,5% disseram sofrer alguma das formas de *bullying* algumas vezes por mês; 7,8% disseram ser excluídos pelos colegas; 9,3%, ser alvo de piadas; 4,1%, serem ameaçados; 3,2%, empurrados e agredidos fisicamente. Outros 5,3% disseram que os colegas frequentemente pegam e destroem as coisas deles e 7,9% é alvo de rumores maldosos. Com base nos relatos dos estudantes, 9% foram classificados no estudo como vítimas frequentes de *bullying*, ou seja, estão no topo do indicador de agressões e mais expostos a essa situação (BRASIL, 2016).

Diante desses aspectos, entendemos que qualquer tipo de preconceito e ações individuais ou coletivas que caracterizam *bullying* são fatores de vulnerabilização social do adolescente/jovem no ambiente escolar. A noção de vulnerabilidade social foi desenvolvida com o objetivo de ampliar a análise dos problemas sociais, ultrapassando a referência à renda ou à posse de bens materiais, para incluir a população em geral (ABRAMOVAY, 2002). Desta forma, pode-se dizer que esta noção está relacionada às concepções do estado de bem-estar social, cuja intervenção muitas vezes acontecia baseada no cálculo e na possibilidade de prevenção dos riscos. Não obstante, a percepção do risco social tem se modificado ao longo dos anos, contando que foi construída com base na identificação da questão social ou de um problema de disfunção familiar, passando a ser interpretada como uma questão de relacionamento. Assim, a situação começa a ser analisada tomando como ponto de partida a interação social.

Nesse contexto, entendemos que os jovens reproduzem na escola as violências e tensões do mundo exterior. A família, a sociedade em seu conjunto, mas também e, sobretudo, a escola é local de transmissão de valores culturais. Portanto, o lugar onde novos valores humanistas podem e devem ser transmitidos e onde devem desabrochar nas vivências cotidianas da sala de aula e da escola.

Este estudo teve a finalidade responder as seguintes indagações: Como ocorre preconceito e práticas de *bullying* entre os participantes do estudo? Qual o tipo de preconceito mais frequente? Qual a repercussão desses elementos para a vulnerabilização dessa população?

Diante do que foi exposto, o estudo teve por objetivos: conhecer os adolescentes que sofreram algum tipo de preconceito no ambiente escolar; identificar os tipos de preconceitos e de *bullying*; conhecer os sentimentos envolvidos nessa situação.

MÉTODO

Trata-se de um estudo descritivo com a finalidade de promover o delineamento das características da população, de fatos e fenômenos envolvidos com a realidade. O mesmo proporciona o conhecimento da realidade, uma vez que descreve, registra, analisa e interpreta a natureza atual ou os processos dos fenômenos (GIL, 2006).

O projeto deste estudo foi avaliado e aprovado pelo comitê de Ética da UNIFESP com protocolo nº 1126/2016, parecer nº 1.820.583, CAAE: 58771416.7.0000.5505, obedecendo todos os padrões estabelecidos pela resolução 466/12, que trata das normas de pesquisa envolvendo seres humanos (BRASIL, 2013). Ressaltamos que os termos de consentimento e assentimento foram devidamente esclarecidos e assinados respectivamente pelos responsáveis e participantes do estudo.

A população investigada constituiu-se de 864 adolescentes na faixa etária entre 10 e 18 anos que frequentavam três escolas de Ensino Fundamental e Médio, situadas na região sul do município de São Paulo. Como princípio de inclusão dos participantes, adotaram-se dois critérios: estar matriculado em uma das três escolas; estar participando das atividades educativas de um Projeto de Extensão Universitária.

Como procedimento metodológico para o redimensionamento do instrumento, foi realizado um pré-teste envolvendo 80 adolescentes de ambos os sexos. Os resultados contribuíram para a finalização do instrumento utilizado nesse estudo, com características de instrumento semiestruturado, autoaplicável contendo questões de múltipla-escolha (GIL, 2006). Enfocou questões sobre variáveis sociodemográficas (idade, sexo, escolaridade, religião, cor da pele) e variáveis correspondentes à temática estudada.

Os dados obtidos foram analisados e interpretados em um contexto quantitativo, expressos mediante símbolos numéricos e apresentados descritivamente

no texto do artigo, para melhor compreensão dos mesmos, com indicação de frequência absoluta e relativa.

RESULTADOS

O estudo revelou que dos 864 participantes, 435 (51%) eram do sexo feminino e 429 (49%) do masculino. Quanto à idade, observamos que entre a faixa etária de 10 e ≥ 18 anos, 73 (8%) dos participantes encontravam-se entre 10 e 11 anos; 280 (32%) entre 12 e 13 anos; 385 (45%) entre 14 e 15 anos; 120 (14%) entre 16 e 17anos; 6 (1%) ≥ 18 anos. A mediana desses adolescentes estava entre 14 e 16 anos de idade. Assim, a média da faixa etária pesquisada foi de 14,3 anos.

Em relação à escolaridade dos participantes, pode-se organizar da seguinte maneira: 5º ano (65/ 8%), 6º ano (132/ 15%), 7º ano (121/ 13%), 8º ano (189/ 23%), 9º ano (100/ 11%) do Ensino Fundamental e 1º ano (167/ 20%), 2º ano (57/ 7%), 3º ano (33/ 3%) do Ensino Médio.

Com relação à questão da religião, observou-se que 434 (50%) eram católicos, 215 (25%) evangélicos, 178 (20%) referiram não ter religião. Pequena parcela dos adolescentes relatou ser Testemunhas de Jeová (16/ 2%), espíritas (12/ 1%) e adventistas (9/ 1%).

Quanto a autodenominação da cor da pele, 454 (52%) consideraram-se de cor parda, 256 (32%) de cor branca, 134 (15%) cor preta e 12 (1%) amarela.

Verificamos que 338 (39%) afirmaram ter vivenciado algum tipo de preconceito na escola. Dentre a tipologia de preconceito referida pelos participantes estão as que envolviam o preconceito físico (172/51%), o preconceito social (51/15%), o preconceito de gênero (47/14%), o preconceito pela cor da pele (34/10%), o preconceito sexual (30/9%) e o preconceito religioso (4/1%).

Observou-se que um número expressivo de participantes (447/52%) referiu ter sofrido algum tipo de *bullying*. Deste total que referiu ter sofrido *bullying*, 233 (52%) participantes eram do sexo feminino e 214 (48%) masculino. A média da faixa etária em que os adolescentes sofreram preconceito e *bullying* foi de 13,1 anos de idade.

Entre os 477 participantes as ações de *bullying* foram classificadas segundo as características das manifestações, tipificadas como: verbal (36%), moral,

social ou psicológico (32%), físico (18%), *cyberbullying* (13%) e escrito (1%).

A partir de uma questão de múltipla-escolha obteve-se 1890 respostas, os sentimentos mais evocados pelos participantes de ambos os sexos, após terem sofrido preconceito ou algum tipo de *bullying* foi: tristeza (456/ 24%), ofendido (346/ 18%), raiva (276/ 16%), vontade de agredir o outro (269/ 15%), fuga e abandono da escola (141/ 7%), insegurança (126/ 6%), solidão (98/ 5%), vingança (79/ 4%), indignação (51/ 3%) e adoecimento (48/ 2%).

DISCUSSÃO

Nem sempre a violência fundamenta-se em crimes e delitos, mas permeia nosso cotidiano, nossas mentes e almas na forma de um sentimento de insegurança. A violência é ressignificada, conforme os tempos, lugares, relações e percepções, e não ocorre somente em atos e práticas materiais (ABRAMOVAY et al.,2006). Desta forma, com os dados aqui coletados, evidenciou-se a presença da violência no âmbito das escolas pesquisadas por meio de atitudes preconceituosas e a prática do *bullying* encontradas entre os participantes. Desta forma, o preconceito no cotidiano escolar pode ser visto como uma forma de violência institucional, na qual adolescentes passam a sofrer em decorrência de serem vítimas de preconceitos: de gênero, físico, religioso, social, sexual, gênero e cor da pele.

Muitas vezes, a violência física contra os jovens é decorrente de um processo de exclusão social e resulta em um sentimento generalizado de vulnerabilidade, na percepção da própria insegurança das condições de vida, na perda da consciência quanto ao valor da vida. O risco concreto gera um ambiente de incerteza e insegurança que impede o aprendizado e a vivência de conceitos como liberdade, solidariedade, justiça e equidade, fundamentais para a construção da cidadania (ABRAMOVAY et al.,2006).

O estudo demonstrou que 39% dos participantes perceberam ter vivenciado algum tipo de preconceito no ambiente escolar. E quando buscamos investigar a tipologia de preconceito identificada junto aos participantes, o preconceito físico (51%), social (15%), de gênero (14%) e sexual (9%) destacaram-se.

A ideia do preconceito refere-se a um conceito

formado de forma anterior ou antecedente à constatação dos fatos, utilizando-se de características julgadas corretas, sendo estas atribuídas a todos que se encaixam a determinado desígnio de julgamento, como dos aspectos físicos que envolve o estranhamento quanto ao tipo físico, a forma de se vestir, de falar e indivíduos identificados como portadores de algum problema físico. O preconceito social envolve aspectos relacionados a classe social, ao “*apartheid*” socioeconômico que transforma as diferenças em desigualdades.

Conforme Krech, Crutchfield e Ballachey (1975), o preconceito é uma atitude, e como tal tem três dimensões: uma cognitiva, uma afetiva e uma tendência para a ação. A dimensão cognitiva se refere aos estereótipos, mas também a argumentos bem elaborados que sutilmente o promovam, uns e outros desenvolvidos por meio de uma ideologia que os contém e que justifica o preconceito para quem o desenvolve e para os outros; é necessária uma explicação, ainda que vaga para que haja essa atitude hostil; cabe enfatizar que tal hostilidade em hipótese alguma é provocada pela vítima; trata-se de projeção, no sentido psicológico, de desejos, medos, expectativas sobre seus alvos. O fato de haver necessidade de justificativa para a discriminação, que é a ação correspondente ao preconceito, indica que essa atitude não é julgada natural, esperada, mesmo pelo preconceituoso.

Quanto a dimensão afetiva, esta pode ser direcionada contra o alvo, em forma de desprezo, compensando uma agressividade que o próprio preconceituoso não pode aceitar, nesse caso, a explicação cognitiva busca explicar o porquê do excesso de preocupação; ou se caracterizar pela frieza, que é a negação de toda e qualquer identificação possível com o alvo. Já a tendência para a ação, coerentemente, segue as dimensões cognitivas e afetivas. A ação de discriminação tem ao menos duas formas: a marginalização e a segregação. Nesse contexto, a marginalização se refere a incorporar o alvo da discriminação, mas não o considerar plenamente membro do grupo, enquanto que a segregação considera o alvo de preconceito fora do grupo, tratando-o com hostilidade e indiferença.

Para Elias (1998), o processo de exclusão do grupo é motivado por preconceitos, ou seja, pela atribuição de características pejorativas e sem fundamento. Estigmatizar os outros torna mais fácil justificar

comportamentos agressivos, opressores e omissos em relação as outras pessoas. Sem dúvida, o *bullying* é expressão de preconceito e intolerância a tudo e a todos que sejam diferentes de um padrão idealizado por nossa sociedade de consumo.

De acordo com as ações praticadas, Wang et al. (2010) e Olweus (2013) classificou os subtipos de *bullying* como tipo físico que inclui batidas, chutes, empurrões, lesões ligadas a atos de pressão e contato, beliscões; o tipo verbal que envolve apelidos, intimidação, provocação, observações homofóbicas ou racistas, muitas vezes com início mais leve e discreto, até atingir o alvo; o tipo escrito que inclui bilhetes, cartas, pichações, cartazes, faixas, desenhos depreciativos; o tipo moral, social ou psicológico que caracteriza-se por difamar, caluniar, espalhar boatos, intimidar, ignorar, fazer pouco caso, imitar desfavoravelmente, usando trejeitos e fazendo piadas, excluir ou incentivar a exclusão social com objetivo de humilhar; o tipo material que inclui estragar, danificar, furtar os pertences ou atirá-los contra a vítima; o tipo *cyberbullying* que envolve a utilização de mídia eletrônica, por intermédio de e-mails, postagens de imagens ou vídeos em redes sociais (*facebook*, *instagram*) e *whatsApp*.

Em relação à ocorrência de *bullying*, neste estudo observamos um número expressivo de 52% dos participantes referindo ter sofrido algum tipo de *bullying*, tendo a maior incidência entre participantes do sexo feminino. Em relação a avaliação das características das manifestações, identificamos a forma verbal (36%), moral, social ou psicológico (32%), físico (18%), *cyberbullying* (13%) as mais significativas.

Estudos mostram diferenças entre o tipo de *bullying* realizado por meninos e meninas. Os meninos, em geral, são mais agressivos, impingindo agressões físicas ou humilhações que podem ser filmadas e disponibilizadas nas redes sociais, transformando-se em *cyberbullying*. As meninas costumam promover exclusão social de seus pares (LOPES NETO, 2005; FREIRE e AIRES, 2012).

No *bullying*, observamos que a pessoa agressora não sente empatia pela vítima, ou seja, sente mais prazer em rir da outra pessoa (agredindo-o física ou psicologicamente) do que se sensibiliza com seus sentimentos. Nesse sentido, o *bullying* desvela não somente a intolerância e a dificuldade de lidar com as

diferenças, como também dissemina os mais diversos preconceitos e a covardia nas relações interpessoais dentro e fora dos muros escolares.

Podemos inferir que o *bullying* já é considerado uma importante questão de saúde pública e exige estratégias intersetoriais de enfrentamento. Dentre as consequências a médio e longo prazo pode-se citar maior risco de desenvolver transtornos emocionais como ansiedade, depressão, transtornos alimentares, abuso de drogas e até suicídio. Tais transtornos levam a dificuldades em relacionamentos futuros, na família e no trabalho (HONG, 2014; WOLKE; LEREYA, 2015).

O fenômeno *bullying* é complexo e a vítima sofre inúmeros danos físicos, emocionais e sociais. Segundo Neto (2005) e Fekkes et al. (2006), os sinais e sintomas possíveis de serem observados em estudantes em situação de *bullying*, e que caracterizam a barbárie do fenômeno são, entre outros: alterações do sono, cefaleia, dor de estômago, insônia, tensão, incontinência urinária, fadiga, falta de apetite, anorexia, bulimia, isolamento, tentativas de suicídio, irritabilidade, agressividade, relatos de medo, resistência em ir à escola, demonstrações de tristeza, mau rendimento escolar e atos deliberados de autoagressão. Também existe o reconhecimento de que depressão, ansiedade e baixa estima podem ser tanto consequências quanto fatores precursores de *bullying*.

Nesse contexto, ao buscar conhecer os sentimentos envolvidos nessa situação, identificamos os sentimentos mais significativos evocados pelos participantes de ambos os sexos, como a tristeza (24%), ofendido (18%), raiva (16%), vontade de agredir o outro (15%), fuga e abandono da escola (7%). Além de insegurança (6%), solidão (5%), vingança (4%), indignação (3%) e adoecimento (2%), consideramos com menor significância.

Pode-se observar que além das consequências que comprometem o desempenho escolar e a aprendizagem, que promovem o desconforto social e sofrimento psíquico, observamos a violência gerando violência, por meio da raiva e do desejo de vingança. Tais sentimentos já foram responsáveis por muitas tragédias envolvendo vítimas de *bullying*, como o massacre escolar que ocorreu em 20 de abril de 1999, na *Columbine High School*, no Colorado, EUA. O ataque à escola envolveu o uso de bombas, tanques de pro-

pano convertidos em bombas colocados na lanchonete e 99 dispositivos explosivos. Os autores do crime, os estudantes, mataram 12 estudantes e um professor, também feriram outras 21 pessoas. Depois de trocarem tiros com policiais, a dupla cometeu suicídio.

Por outro lado, a vítima de *bullying* pode ser estimulada a construir novos caminhos e reagir aos ataques de forma não agressiva, mas firme, preservando sua autoestima e seu desenvolvimento. A possibilidade de mudança sempre existe, e baseia-se no empoderamento da vítima para que sobreviva emocionalmente frente a situação que está sendo submetida. Neste sentido, autores como Beane (2010), Fante (2005), Hymel e Swearer (2015) referem que encorajar a criança e apoiá-la no desenvolvimento de recursos pessoais para fazer frente ao *bullying* é quase sempre possível, quando existe empenho da sociedade, escola e família na intervenção efetiva junto aos agressores, agredidos e observadores/ espectadores passivos, rompendo o sistema de violência de forma adequada e construtiva, evitando que os estudantes sejam estigmatizados pela comunidade escolar.

Para potencializar essas ações de intervenção, em 2015, foi instituído o Programa de Combate à Intimidação Sistemática (*bullying*), em todo o Território Nacional, por meio da Lei n. 13.185, de 2015. Considerado um marco jurídico de combate ao *bullying* e a primeira lei nacional que tem como objetivo prevenir e combater a prática da intimidação sistemática no País. Segundo o governo federal, caracteriza-se a intimidação sistemática (*bullying*) quando há violência física ou psicológica em atos de intimidação, humilhação ou discriminação e, ainda, a intimidação sistemática na rede mundial de computadores (*cyberbullying*), para depreciar, incitar a violência, adulterar fotos e dados pessoais com o intuito de criar meios de constrangimento psicossocial (BRASIL, 2015).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo não teve a pretensão de esgotar as análises sobre o assunto preconceito e *bullying* no ambiente escolar, pois se trata de um estudo limitado e circunscrito a uma determinada localidade, porém, nos permitiu ampliar a discussão sobre as formas de preconceito e sua situação causal de atos

violentos no contexto escolar.

A existência de conflitos e tensões entre estudantes no ambiente escolar é comum, esperado quando pensamos em tantas pessoas diferentes convivendo em um espaço físico delimitado. Porém, há inúmeras interações agressivas, entretanto, às vezes são iniciadas como diversão ou como forma de autoafirmação e estabelecem as relações de poder desiguais.

Os dados obtidos neste estudo mostraram que o ambiente escolar proporciona ao adolescente o contato com os preconceitos e discriminações existentes na sociedade, ou seja, os preconceitos na escola são apresentados por meio de atitudes negativas já adquiridas, aprendidas e vividas por esses adolescentes em algum momento de sua vida fora ou dentro da escola. Estas atitudes negativas que observamos podem ser geradoras de violência e, assim, acarretar desinteresse pela escola e problemas na socialização dessa população; fica claro que existem adolescentes vítimas de situações permeadas por preconceitos na escola, que potencializam e geram sofrimentos psíquico, físico e social.

Nesse contexto, o ambiente escolar precisa desenvolver estratégias para exercer sua função adequadamente, pois é através da educação que os seres humanos se transformam e se aperfeiçoam.

Entende-se que a educação é sem dúvida um caminho para a superação da naturalização da maldade e prática da barbárie, no entanto carrega ainda atualmente os momentos repressivos da cultura, da pouca informação e ignorância da população. Isso

quer dizer que devemos impedir o exercício das relações desiguais de poder que envolva a sujeição e uso de outro ser humano, para fins de autoafirmação dos agressores emocionalmente inseguros, racistas, misóginos, homofóbicos, sádicos e sociopatas.

Pensar o problema da violência nesta sociedade que vivemos, principalmente, da violência irracional no ambiente escolar, considerado um dos grandes responsáveis pela socialização das crianças e adolescentes, e, segundo ambiente de convívio depois do familiar, é uma questão importante e urgente. Os motivos são inúmeros no que tange às consequências individuais ligadas ao sofrimento físico e psíquico.

Nesse sentido, compreende-se ser preciso prover um ambiente seguro, e de respeito para todos na escola, sendo que cada estudante deve ser respeitado na sua singularidade, em termos de sentimentos, pensamentos, comportamentos e orientação sexual. Além das consequências negativas às vítimas e aos agressores, é possível identificar prejuízos diretos e indiretos também a outras partes envolvidas, como os espectadores, que observam os atos de agressão, aqueles que auxiliam as vítimas de *bullying*, e os que estimulam as atitudes de agressores. Mesmo não fazendo parte do processo de *bullying*, os professores e pais também são afetados por esse tipo de violência. Assim, a escola tem direta relação com o fenômeno e toda e qualquer intervenção deve considerar também esse contexto para a conquista de resultados que sejam adequados a essa situação.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, Miriam; VALVERDE, Danielli O; BARBOSA, Diana T; *et al.* **Cotidiano das escolas: entre violências.** Brasília: UNESCO/ Ministério da Educação; 2006.
- ABRAMOVAY, Miriam. **Juventude, violência e vulnerabilidade social na América Latina: desafios para políticas públicas.** Brasília: UNESCO; 2002.
- ALBINO, Priscilla Linhares; TERÊNCIO, Marlos Gonçalves. Considerações críticas sobre o fenômeno do bullying: do conceito ao combate e à prevenção. **Revista Eletrônica do CEAF.** Porto Alegre - RS. Ministério Público do Estado do RS. v. 1, n. 2, fev./maio 2012. Disponível em: http://www.mprs.mp.br/media/areas/biblioteca/arquivos/revista/educacao_02/vol1no-2art4.pdf. Acesso em: 27 jan. 2019.
- BEANE, Allan L. **Proteja seu filho do bullying: impeça que ele maltrate os colegas ou seja maltratado por eles.** Rio de Janeiro: Bestseller; 2010.
- BRASIL. **Lei n. 13.185, de 6 de novembro de 2015.** Institui o programa de combate à intimidação sistemática (bullying). Diário Oficial da União, Brasília, DF, ano 152, n. 213, 9 nov. 2015. Seção 1, p. 1-2. Disponível em: <http://www.presidencia.gov.br/legislacao>. Acesso em: maio. 2018.
- BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar: 2015 / IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais.** Rio de Janeiro: IBGE; 2016.
- BRASIL. **Brasil no PISA 2015: análises e reflexões sobre o desempenho dos estudantes brasileiros / OCDE - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico.** Brasília: Fundação Santillana/ INEP/ Ministério da Educação, 2016.
- BRASIL. **Conselho Nacional de Saúde Resolução 466/12.** Brasília, Diário Oficial da União, n.12, Seção 1, p. 59; 2013.
- CAMACHO, Luiza Mitiko Yshiguro. **As sutilezas das faces da violência nas práticas escolares de adolescentes.** *Educ Pesq* [online], v.27, n.1, p.123-140, 2001.
- CROCHIK, José Leon. Formas de violência escolar: preconceito e bullying Movimento. **Revista de Educação**, ano 2, n.3, 2015. Disponível em: <http://www.revistamovimento.uff.br/index.php/revistamovimento/article/view/270/218>. Acesso em: 23 ago. 2019.
- ELIAS, Norbert. **La civilización de los padres y otros ensayos.** Colômbia, Bogotá: Grupo Editorial Norma; 1998.
- FANTE, Cleo. **Fenômeno bullying: como prevenir a violência nas escolas e educar para a paz.** Campinas: Versus Editora; 2005.
- FEKKES, M.; PIJPERS, F. I.; FREDRIKS, A. M.; *et al.* Do bullied children get ill, or do ill children get bullied? A prospective cohort study on the relationship between bullying and health-related symptoms. **Pediatrics**, v. 117, n. 5, p. 1568-1574, 2006.
- FREIRE, N. A.; AIRES, J. S. A contribuição da psicologia escolar na prevenção e no enfrentamento do Bullying. **Psicol Esc Edu**, ano 202, v. 16, n. 1. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pee/v16n1/06>. Acesso em: 18 nov. 2018.
- FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS - FGV. **Dicionário de Ciências Sociais.** Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas – FGV, 1986.
- GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** São Paulo: Atlas; 2006.
- GOFFMAN, Erving. **Estigma: Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada.** Rio de Janeiro: LTC; 1988.
- GUIMARÃES, Antônio Sergio Alfredo. Preconceito de cor e racismo no Brasil. **Revista de Antropologia**, v. 47, n.1, p. 09-43, 2004.
- HYMEL S, SWEARER SM. Four decades of research on school bullying: An introduction. **Am Psychol**. V. 70, n. 4, p. 293-9, 2015.
- HONG, J. S. A conceptual framework for understanding the association between school bullying victimization and substance misuse. *American Journal of Orthopsychiatry*, Washington, DC: American **Psychological Association - APA**, v. 84, n. 6, p. 696-710, Nov. 2014. Disponível em: <http://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC4291077/>. Acesso em: 27 maio. 2018.

KRECH, D; CRUTCHFIELD, R. S.; BALLACHEY, E. L. **O Indivíduo na Sociedade**: um manual de Psicologia Social. 3ª ed. São Paulo: Pioneira, 1975.

LOPES NETO, Aramis Antonio; SAAVEDRA, Lucia Helena. **Diga não para o bullying** – Programa de redução do comportamento agressivo entre estudantes. Rio de Janeiro: ABRAPIA, 2003.

LOPES NETO, Aramis Antonio. Bullying – comportamento agressivo entre estudantes. **Jornal de Pediatria**, v. 81, n. 5, p. 164-172, 2005.

MICHENER, H. Andrew; DELAMATER, John D.; MYERS, Daniel J. **Psicologia Social**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning; 2005.

MYERS, David G. Preconceito: O ódio ao Próximo. In: MYERS, David G. **Psicologia Social**. Porto Alegre: Artmed, 2014.

OKABE, Irene; FONSECA, Rosa Maria G. S. **Violência contra a mulher: contribuições e limitações do sistema de informação**. **Rev. esc. enferm. USP** [online]. v.43, n.2, p.453-458, 2009.

OLIVEIRA, Ana Flávia Catelani de. Preconceito na Escola. **Revista InterAtividade, Andradina**, v. 5, n. 1, p. 133-146, 2017.

OLWEUS D. School bullying: development and some important challenges. **Annu Rev Clin Psychol**. v. 9, p. 751-80, 2013.

PIERCE, NP; FOLIAKI, S; SPORLE, A; *et al.* Genetics, race, ethnicity, and health. **BMJ**, v. 328, Mayo, 2004.

SMITH, P.K. Intimidação por colegas e maneiras de evita-la. In: DEBARBIEUX, E.; BLAYA, C. (orgs.) **Violência nas escolas e políticas públicas**. Brasília: UNESCO, 2002. p.187-205.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE PEDIATRIA - SBP. **Guia prático de atualização** – Bullying. Departamento Científico de Saúde Escolar/ SBP, nº3, novembro de 2017.

WANG, J.; IANNOTTI, R. J.; LUK, J. W.; *et al.* Cooccurrence of victimization from five subtypes of bullying: Physical, verbal, social exclusion, spreading rumors, and cyber. **J Pediatr Psychol**, v. 35, n.10, p. 1103-1112, 2010.

WENDT, Guilherme Welter; CAMPOS, Débora Martins de; LISBOA, Carolina Saraiva de Macedo. Agressão entre pares e vitimização no contexto escolar: bullying, cyberbullying e os desafios para a educação contemporânea. **Cad. Psicopedag**, v. 8, n.14, São Paulo 2010. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1676-10492010000100004. Acesso em: 23 ago. 2019.

WOLKE, D.; LEREYA, S. T. Long-term effects of bullying. *Archives of Disease in Childhood*, London: **BMJ: Royal College of Pediatrics and Child Health - RCPCH**, v. 100, n. 9, p. 879-885, Sept. 2015. Disponível em: <http://adc.bmj.com/content/100/9/879.full.pdf+html>. Acesso em: mai. 2018.